Compromisso BB
com as mudanças climáticas

Índice

Contexto ao compromisso 3

TCFD 5

O que nos Orienta ? 7

O Plano de Sustentabilidade 9

Pacto e Compromissos Voluntários 10

Mudanças Climáticas 11

Governança e estratégia de gestão dos riscos ASG 11

Métricas e Metas 12

Oportunidades Negociais 13

Mercado de Carbono 15

Ecoeficiência 16

Precificação Interna do Carbono 17

Fornecedores 18

Transparência de nossas ações 19

Nosso compromisso com as mudanças climáticas 20

Emissões Financiadas 24

Descarbonização 25

Contexto ao **Compromisso**

A sustentabilidade e os temas relacionados às questões ambientais, sociais e de governança (ASG) têm ganhado destaque crescente nas últimas décadas. A busca por um modelo de desenvolvimento econômico que respeite os limites do planeta, promova padrões responsáveis de produção e consumo e, ao mesmo tempo, contribua para a redução das desigualdades, tornou-se uma prioridade global. Essa preocupação é compartilhada por governos, empresas, organizações da sociedade civil e instituições não governamentais em todo o mundo.

Ao integrar os aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) à estratégia de negócios, o setor pode desenvolver novos instrumentos financeiros para o mercado, como financiamentos para tecnologias inovadoras, plataformas de negociação de emissões e empréstimos verdes, aproveitando oportunidades de geração de valor compartilhado. Com isso, a sustentabilidade passa a ser um ativo estratégico de longo prazo na criação de valor empresarial.

As mudanças climáticas permanecem como um dos grandes desafios da humanidade. A emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) causados pelas atividades humanas e os seus possíveis impactos sobre processos econômicos e ecológicos, baseados em fortes evidências científicas, vem apresentando um potencial disruptivo de processos econômicos e sociais.

Cada vez mais empresas e conglomerados globais buscam adotar políticas e implementar práticas para enfrentar os desafios relacionados ao clima, tornando-se mais atrativos pela geração do valor sustentável em suas estratégias e incorporando indicadores não financeiros de desempenho ou com o custo de capital ligado diretamente ao desempenho ambiental.

Em 2015, durante a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 21), na França, 196 países firmaram o Acordo de Paris, documento pelo qual se obrigaram a adotar metas para redução de emissões de Gases de Efeito Estufa, tendo por objetivo reduzir as emissões de seus processos produtivos, na tentativa de combinar esforços em benefício de um futuro de baixo carbono, em que o aquecimento médio global não ultrapasse os 2°C acima dos níveis pré-industriais.

Para o alcance do objetivo final do Acordo, os governos se envolveram na construção de seus próprios compromissos, a partir das chamadas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC, na sigla em inglês). Por meio das NDC, cada nação apresentou sua contribuição de redução de emissões dos Gases de Efeito Estufa, seguindo o que cada governo considerava viável a partir do cenário social e econômico local. Inicialmente, o governo brasileiro comprometeu-se a reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa até o ano de 2025 em 37% abaixo dos níveis de 2005, com uma contribuição indicativa subsequente de reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa em 43% abaixo dos níveis de 2005 até 2030.

Em 2022, o Ministério de Meio Ambiente (MMA) atualizou a meta brasileira de emissões de GEE no contexto da 26ª Conferência das Partes da Convenção Quadro (COP 26) na qual foi sugerido que os países revisitassem sua ambição climática de curto prazo e considerassem novas ações para reduzir emissões até 2030, inclusive de metano. Nesta nova versão foram fixados percentuais de redução de 37% até 2025 e de 50% até 2030, além de assumir o compromisso de neutralizar as emissões do Brasil até 2050. Posteriormente, essa meta foi revisada novamente, elevando o compromisso de redução para 53% até 2030 em relação aos níveis de 2005, refletindo um aumento na ambição climática do país.

Também em 2022, o Painel Intergovernamental de Mudança do Clima (Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC) lançou o Sexto Relatório de Avaliação do IPCC, no qual reforça que as mudanças climáticas já afetam todas as partes do mundo, e impactos muito mais severos podem estar nos esperando se não reduzirmos as emissões de Gases de Efeito Estufa pela metade ainda nesta década e não começarmos imediatamente a ampliar as medidas de adaptação.

O IPCC prevê que os riscos climáticos se misturem uns aos outros à medida que diversas catástrofes ocorrerem ao mesmo tempo e nas mesmas áreas. Em regiões tropicais, por exemplo, os efeitos combinados do calor e da seca podem desencadear perdas repentinas e significativas nos rendimentos agrícolas.

Já em março de 2023, o Relatório de Síntese do Sexto Ciclo de Avaliação foi enfático em afirmar que as mudanças climáticas causam danos, mas algumas pessoas e lugares são mais duramente atingidos, com mudanças generalizadas e rápidas em nosso planeta já afetando extremos climáticos e meteorológicos em todas as regiões, causando impactos adversos, perdas e danos à natureza e às pessoas. As comunidades vulneráveis que historicamente menos contribuíram para as mudanças climáticas estão sendo afetadas de forma desproporcional.

Sede da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em 2025, o Brasil tem nas mãos a oportunidade de liderar o debate da transição para uma economia mais verde e inclusiva, e o Banco do Brasil, como um dos atores mais relevantes para a construção de uma cadeia de valor que considera os aspectos climáticos na geração de riqueza, demonstra, a partir de seus compromissos públicos, o quanto está engajado nessa importante agenda que convida toda a sociedade a uma ação conjunta e urgente.

TCFD

Task Force on Climate-Related Financial Disclosures

O Conselho de Estabilidade Financeira (Financial Stability Board - FSB)[1] foi criado em 2009 pelo Grupo dos 20 (G20), grupo constituído por ministros da economia e presidentes de bancos centrais dos 19 países de economias mais desenvolvidas do mundo, mais a União Europeia. O FSB é o órgão internacional que monitora e faz recomendações sobre o sistema financeiro global. Em 2015, anunciou o estabelecimento de uma força tarefa, a Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), para desenvolver uma forma consistente de reporte dos riscos financeiros relacionados às mudanças climáticas e contribuir para direcionar investimentos para atividades de baixa emissão de carbono.

A TCFD trouxe recomendações sobre as divulgações de gestão das mudanças climáticas, incluindo quatro tópicos centrais: estrutura e processos de governança da organização sobre os riscos e oportunidades relacionados ao clima; as métricas de avaliação utilizadas e as metas definidas para gerenciamento no curto, médio e longo prazo.

Essas recomendações foram incluídas na regulação nacional e se materializaram por meio da estruturação do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC).

De acordo com o relatório da TCFD [2], um dos mais significativos riscos que as organizações enfrentam hoje está relacionado à mudança do clima. Enquanto é amplamente reconhecido que a continuidade das emissões de Gases de Efeito Estufa está agravando o aquecimento do planeta e isso poderá levar a prejuízos econômicos e sociais, o exato momento e severidade dos efeitos físicos são difíceis de estimar, o que faz do problema um desafio único, especialmente no contexto de tomada de decisão econômica.

Os impactos não são apenas físicos e não se manifestam apenas no longo prazo. A redução das emissões de GEE implica a redução do uso de combustíveis fósseis e ativos físicos relacionados, com a consequente perda de lucratividade de atividades relacionadas. Por outro lado, a transição para uma economia de baixo carbono gera oportunidades de soluções em mitigação de emissões e adaptação às consequências das mudanças climáticas, como o aumento de tecnologias limpas e mais eficientes, metas de redução de consumo de recursos (energia, combustíveis, papel), financiamento de técnicas agropecuárias de baixa emissão de carbono, priorização de fontes de energia [3] fotovoltaica e eólica, aumento da resiliência de infraestrutura de cidades, dentre outras.

As perdas causadas por eventos climáticos extremos tangibilizam a forma como o aquecimento global atua sobre a economia. De acordo com 2023 Status Report , em 2022, os desastres naturais resultaram em perdas econômicas de 284 bilhões de dólares, dos quais menos da metade – US$ 125 bilhões – foram cobertos por seguro. Desde 2017, a média anual segurada as perdas causadas por desastres naturais acabaram US$ 110 bilhões, mais que o dobro da média de US$ 52 bilhões nos últimos cinco anos.

O Banco do Brasil, ciente da relevância e urgência do tema das mudanças climáticas e da importância do engajamento de governos, setor privado e sociedade nos esforços para a redução dos Gases de Efeito Estufa e para a adaptação de comunidades em áreas de vulnerabilidade climática, está comprometido com a transição para uma economia de baixo carbono e com o papel de liderança que o Brasil pode assumir neste tema.

1 O Conselho de Estabilidade Financeira (Financial Stability Board – FSB) foi criado pelo Grupo dos Vinte (G20), em abril de 2009, sucedendo ao Fórum de Estabilidade Financeira (Financial Stability Forum – FSF), por sua vez estabelecido pelo Grupo dos Sete (G7), dez anos antes, em 1999.

2 Recommendations of the Task Force on Climate-related Financial Disclosures. Disponível em : https://assets.bbhub.io/company/sites/60/2020/10/FINAL-2017-TCFD-Report-11052018.pdf

3 TCFD- Disponível em https://assets.bbhub.io/company/sites/60/2023/09/2023-Status-Report.pdf

Adesão do BB ao TCFD

Em 28/05/2021, o Banco do Brasil formalizou a sua adesão às recomendações da TCFD, assumindo assim o compromisso de identificar e reportar às suas partes interessadas a exposição de sua carteira a setores intensivos em carbono, quais suas consequências e impactos nos resultados financeiros, permitindo a precificação mais precisa de ativos, a mensuração de riscos e a alocação de capital mais eficiente, reduzindo a vulnerabilidade a impactos abruptos à economia real decorrentes das mudanças climáticas.

O atendimento às recomendações da Força-tarefa tem possibilitado um melhor desempenho do BB em índices de sustentabilidade empresarial, contribuindo com aumento da confiança de líderes e investidores e permitindo ao BB mensurar de que forma as alterações climáticas poderão impactar seus negócios, além de favorecer um alinhamento das ações de gestão do risco climático no BB às orientações das regulamentações do Bacen relativas aos riscos sociais, ambientais e climáticos.

Em 2023, foi concluído Plano de ação (2021-2023) com o objetivo de atender aos preceitos do relatório da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras relacionadas ao Clima (TCFD), bem como o alinhamento à regulação prudencial, dentre as entregas, se destacam:

a) Publicação do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC), documento pelo qual o Banco evidencia seu comprometimento com a transição para uma economia de baixo carbono, demonstrando a incorporação de questões sociais, ambientais e climáticas na Governança, no desenvolvimento da estratégia, bem como no aprimoramento dos processos de gestão do RSAC (Risco Social, Ambiental e Climático) e de oportunidades, e no fortalecimento da governança relacionada ao tema.

b) Desenvolvimento de cenários de mudanças climáticas com o objetivo de identificar potenciais vulnerabilidades da Instituição em relação à exposição da sua carteira de crédito em setores econômicos que apresentem maior sensibilidade ao risco climático. Nesse sentido, foram avaliados potenciais impactos da mudança do clima (sensibilidade ao risco climático) na agropecuária do país e em outros setores econômicos.

c) Desenvolvimento de estudo de viabilidade para Teste de Estresse do RSAC que resultou na disponibilização de narrativa de cenário.

d) Realização de Teste de Estresse Integrado, considerando cenário de Risco Climático Físico.

Com a dissolução da TCFD, após a publicação do seu sexto relatório de progresso, em 2023, suas diretrizes foram incorporadas aos padrões desenvolvidos pelo International Sustainability Standards Board (ISSB), conselho da IFRS Foundation. Além disso, o GRSAC, adotado pelo regulador brasileiro como instrumento de divulgação do RSAC, segue as premissas da TCFD, de forma a alinhar a regulação adotada no sistema financeiro nacional aos padrões internacionais. Ao longo de 2024, além de mantermos os processos de incorporação das diretrizes de divulgação internacional iniciadas com a TCFD, temos buscado aprimorar nossa gestão do RSAC, com destaque para o relatório GRSAC, que está em sua terceira edição.

O que nos orienta?

O Banco do Brasil aborda o tema ASG e as categorias de risco social, ambiental e climático sob duas dimensões complementares: a responsabilidade corporativa e a gestão de riscos. A Responsabilidade Social, Ambiental e Climática refere-se às ações proativas da instituição, com foco em gerar impactos positivos nessas esferas por meio de suas atividades e negócios. Essas ações são orientadas pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que consolida os compromissos do BB com o desenvolvimento sustentável e a promoção de práticas responsáveis em sua atuação.

Por outro lado, a Gestão dos Riscos Social, Ambiental e Climático (RSAC) adota uma perspectiva prudencial, voltada à prevenção de perdas decorrentes de eventos relacionados a essas temáticas. Essa gestão envolve políticas, processos, pessoas e sistemas capazes de identificar, avaliar, mensurar, monitorar, reportar, controlar e mitigar tais riscos. Devido à sua natureza transversal, os RSAC são integrados à estratégia institucional, à governança e à estrutura de gestão de riscos do Banco.

No Banco do Brasil as questões relativas às dimensões Ambiental, Social e Governança (ASG) estão expressas em políticas e nos diversos compromissos voluntários assumidos ao longo do tempo. O principal objetivo da governança ASG é gerir o desempenho socioambiental do BB, o que ocorre a partir da implementação e disseminação da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) em julho de 2022 e revisada em 21/11/2023, que considera, de forma integrada, as dimensões econômica, social, ambiental e climática nos negócios e na relação ética e transparente com as partes interessadas.

As mudanças climáticas estão contempladas na Política de Responsabilidade Social Ambiental e Climática (PRSAC), nas Políticas Específicas, nas Diretrizes de Sustentabilidade para o Crédito - que incluem a Lista Restritiva e a Lista de Exclusão, no Relatório GRSAC, além deste Compromisso BB com as Mudanças Climáticas.

Entre setembro e outubro de 2021, o Bacen editou as seguintes normas, que possuem impacto na gestão dos riscos socioambiental e climático pelo BB :

a) A Resolução CMN 4.943, de 15 de setembro de 2021, que altera a Resolução CMN 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e aprimora as regras de gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático, aplicáveis às instituições financeiras.

b) Resolução CMN 4.945, de 15 de setembro de 2021, que estabelece novas regras sobre a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e sobre as ações para sua efetiva implementação pelas instituições do SFN.

Diante dos requisitos destas normativas, o BB elaborou uma nova Política de Risco Social, Ambiental e Climático (PRSAC) buscando regulamentar a forma de divulgação de informações sobre riscos e oportunidades sociais, ambientais e climáticas que deverão ser adotadas pelo Conglomerado Prudencial do BB nos próximos anos.
As novas regras da PRSAC entraram em vigor a partir de julho de 2022 com foco no tratamento da possibilidade de perdas para as instituições reguladas. A política redefiniu o risco social, relacionado a práticas de violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesses comuns, e o risco ambiental, associado à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais

Além disso, são introduzidos os conceitos de risco climático de transição, relacionado ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, e de risco climático físico, relativo à ocorrência de intempéries frequentes e severas ou por alterações ambientais de longo prazo, que possam ser associadas a mudanças em padrões climáticos.

Outras políticas também contemplam aspectos socioambientais e climáticos diversos a serem considerados em práticas negociais e administrativas, a exemplo das operações de crédito e de investimento, e de relacionamento com fornecedores e funcionários. Por sua relevância, essas orientações estão replicadas nas Diretrizes de Sustentabilidade para o Crédito para diferentes setores de atividade.

As Diretrizes de Sustentabilidade para o Crédito visam dar publicidade e aprimorar as práticas adotadas pelo Banco do Brasil na análise e concessão de crédito, reforçando o atendimento aos normativos internos e à legislação vigente, e em cumprimento aos princípios de responsabilidade social, ambiental e climática constantes de nossas políticas gerais e específicas. Como norteadores socioambientais, as Diretrizes abordam temas estratégicos como Floresta & Biodiversidade, Recursos Hídricos, Direitos Humanos e Mudanças Climáticas e são aplicáveis a pessoas físicas e jurídicas. Em 2024, as Diretrizes de Sustentabilidade para o Crédito foram atualizadas considerando inclusive novos aspectos legais, econômicos, sociais, ambientais e climáticos.

No âmbito das Diretrizes de Sustentabilidade, temos a Lista Restritiva e a Lista de Exclusão. Na Lista Restritiva, incluímos as atividades em que o Banco assume risco de crédito sob determinadas condições, aplicando rigor diferenciado na análise, concessão e acompanhamento de crédito. A Lista de Exclusão elenca as atividades em que o Banco não assume risco de crédito em razão de impedimentos legais ou por não estarem em alinhamento com as suas diretrizes.

Na Lista de Exclusão, foram incluídas as atividades de Extração de Carvão Mineral e a de Geração de Energia Termelétrica a partir do Carvão Mineral, sendo vedado o apoio financeiro a empresas ou projetos de investimento voltados à essas atividades, salvo quando a finalidade for a transição de suas atividades para uma economia de baixo carbono ou eficiência energética. O BB também declarou não assumir risco de crédito e hoje não possui em seu portfólio operações das seguintes atividades do setor de óleo e gás não convencional: xisto, areias de alcatrão e exploração no ártico.[4]

4 Atividades relacionadas à cadeia de valor do setor de óleo e gás não convencional, incluindo exploração, extração, refino, distribuição e infraestrutura, conforme Lista de Exclusão nas Diretrizes de Sustentabilidade para o Crédito.

O Plano de Sustentabilidade

Agenda 30 BB

O Plano de Sustentabilidade do Banco do Brasil contribui para o aprimoramento de negócios e processos ao consolidar ações com viés socioambiental e climático. Revisado a cada dois anos e ordenado em desafios em sustentabilidade priorizados pela alta administração, ele se desdobra em compromissos estabelecidos para um período de três anos, abrangendo toda a empresa.

A partir de 2017 o Plano passou a ser denominado de Agenda 30 BB. Refletindo as premissas da Agenda 2030 global e inspirada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), atendendo ao chamado global para a construção de um mundo direcionado por gestão adequada dos recursos naturais, respeito aos direitos humanos e geração de resultados sustentáveis.

A Agenda 30 BB faz com que processos internos sejam adotados de forma robusta, pactuando compromissos e ações que têm impacto nos negócios como um todo. Com negócios e práticas administrativas cada vez mais sustentáveis, o BB dissemina a toda sua cadeia de valor a importância da incorporação dos princípios da sustentabilidade no planejamento e na execução de ações. A sustentabilidade é uma das dimensões presentes na Estratégia Corporativa BB 2024-2028 e se apresenta como um dos objetivos no mapa estratégico do Banco, que tem suas lideranças comprometidas com o desafio de conciliar a competitividade empresarial com a construção de um mundo mais sustentável.

Em 2023, foi aprovado o Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB 2023-2025. Os assuntos climáticos estão contemplados no desafio: "Aprimorar a governança e a gestão dos riscos e das oportunidades relacionados às questões climáticas, dando transparência aos compromissos e às práticas do Banco do Brasil em relação ao tema". Por meio do Relatório Anual do BB é feita a prestação de contas das ações desenvolvidas no período anterior e das ações que serão desenvolvidas nos próximos anos.

Pactos e Compromissos voluntários

Há três décadas o Banco do Brasil vem participando de diversos Fóruns e Iniciativas nos âmbitos governamental e privado.

1995
Protocolo Verde

1997
Balanço Social – iBase

2003
The Global Compact – We Support
BB Carta de princípios socioambientais

2004
Azul 21 BB

2005
CDP – Disclosure Insight Action
Equator Principles

2006
Global Reporting Initiative

2007
Programa Brasileiro GHG Protocol

2008
Fórum Amazônia Sustentável

2009
Caring for Climate – EPC

2010
PRI Principles for Responsible Investment
Objetivos do Milênio

2011
World Water Council

2012
PSI Principles for Sustainable Insurance
Empresa Pró Ética
Pacto Empresarial pela **Integridade e contra a Corrupção**
Carta empresarial pelos Direitos Humanos e pela Promoção do Trabalho Descente

2013
Grupo de Trabalho da **Pecuária Sustentável**

2014
Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais

2015
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

2018
Livres & Iguais – Nações Unidas
Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial

2019
30 Anos

2020
MSCI

2021
TCFD – Task Force on Climate-Related Financial Disclosures
Business Ambition for 1.5°C
30 Anos
Science Based Targets

2025
PCAF – Partnership for Carbon Accounting Financials

Dentre os compromissos e pactos voluntários assumidos ao longo do tempo, vários abordam o tema mudanças climáticas de forma direta ou transversal, a exemplo dos seguintes:

- Caring for Climate – The Global Compact
- Carbon Disclosure Project – CDP
- Empresas pelo Clima – EPC
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS
- Princípios do Equador
- Programa Brasileiro GHG Protocol
- Task Force on Climate-Related Financial Disclosures – TCFD
- Business Ambition for 1.5°C
- Partnership for Carbon Accounting Financials - PCAF

Mudanças **Climáticas**

A partir da adesão às recomendações da TCFD, o BB assumiu o compromisso de implementar elevados níveis de transparência em suas divulgações de informações financeiras relacionadas aos riscos e oportunidades climáticas. A divulgação dessas informações de forma clara e concisa contribui para que as instituições financeiras possam encontrar a melhor de forma de mensurar os impactos do clima nos negócios e nos públicos de relacionamento.

As principais informações financeiras do BB foram estruturadas conforme os pilares de divulgação recomendados pela TCFD, apresentados na figura abaixo:

Fonte: Adaptado de TCFD

Essa estrutura de informação também é adotada no GRSAC, que mantém a essência das recomendações da TCFD. Assim, o Relatório GRSAC, conforme estabelecido pela Resolução BCB nº 306/2023, tem como objetivo apresentar de forma estruturada as práticas adotadas pelas instituições financeiras para lidar com os riscos sociais, ambientais e climáticos. Ele aborda três aspectos principais: a governança do gerenciamento desses riscos, detalhando as responsabilidades das instâncias envolvidas; os impactos reais e potenciais desses riscos nas estratégias de negócios e na gestão de capital, considerando diferentes prazos e cenários; e os processos utilizados para identificar, avaliar, monitorar e mitigar tais riscos, evidenciando sua integração à estrutura geral de gestão de riscos da instituição.

Além disso, o documento confere mais transparência à forma como os riscos sociais, ambientais e climáticos são considerados pela alta administração. Mais detalhes sobre a gestão dos riscos climáticos podem ser consultados diretamente no documento, disponível no site do BB.

No âmbito da gestão do risco climático, o BB realiza testes de estresse e análises de cenários com o objetivo de avaliar a resiliência de seus modelos de negócios e estratégias frente a possíveis mudanças relacionadas ao clima. Esses exercícios incluem a elaboração de cenários com diferentes horizontes temporais, que consideram os impactos dos riscos físicos e da transição para uma economia de baixo carbono. Além disso, são desenvolvidos cenários para avaliar carteiras com elevada exposição, a exemplo do setor de agronegócios.

Governança e Estratégia de Gestão dos **Riscos Social, Ambiental e Climático**

A Sustentabilidade permeia a estrutura organizacional e está expressa nas políticas e nos diversos compromissos voluntários assumidos. O principal objetivo da governança em sustentabilidade é gerir o desempenho social, ambiental e climático com base na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) que considera, de forma integrada, as dimensões econômica, social, ambiental e climática nos negócios e na relação ética e transparente com os públicos de interesse.

A estrutura de governança, as estratégias de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático e cenários de riscos físicos e de transição podem ser consultados em nosso Relatório GRSAC, Relatório Anual e Caderno ASG.

Métricas e **Metas**

Entendendo o papel do BB e do mercado financeiro como protagonistas para impulsionar o crescimento econômico do país em bases sustentáveis, em 2023 o Banco atualizou os seus Compromissos BB 2030 para um mundo mais sustentável, em alinhamento aos objetivos globais (Acordo de Paris e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS), onde podemos destacar:

Emissões diretas de GEE

- Reduzir em **42%** as emissões diretas (Escopo 1) até 2030;
- Compensar **100%** das emissões dos Escopos 1 e 2;
- Atingir **100%** de utilização de energia renovável – usinas próprias, mercado livre e RECs;

Reflorestamento e conservação florestal

- **1 milhão** de hectares conservados e/ou de reflorestamento até 2025.

Carteira de crédito sustentável

- **R$ 500 bilhões** até 2030 (saldo)

Energia renovável

- **R$ 30 bilhões** até 2030 (saldo).

Agricultura sustentável

- **R$ 200 bilhões** até 2030 (saldo) .

Desde 2021, o BB é signatário da iniciativa Businesss Ambition for 1.5ºC, que serviu como base para a definição das metas de redução de Gases de Efeito Estufa, que contribuam para limitar o aquecimento global em 1,5ºC acima dos níveis pré-industriais, além de apoiar o BB na busca por alcançar a neutralidade de carbono da cadeia de valor até 2050, conforme a SBTi (Science-Based Targets initiative).

Em 2025, o Banco do Brasil aderiu à iniciativa PCAF para medir e divulgar as emissões de Gases de Efeito Estufa financiadas, reforçando seu compromisso com a sustentabilidade. A ação visa aumentar a transparência, mitigar riscos climáticos e alinhar suas operações ao Acordo de Paris. Com isso, o Banco incentiva práticas sustentáveis entre clientes e parceiros, contribuindo para uma economia de baixo carbono.

Oportunidades **Negociais**

Sobre as oportunidades decorrentes das mudanças climáticas, o Banco apoia iniciativas voltadas à mitigação, como o Programa de Financiamento a Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis – RenovAgro (nova denominação do Programa de Agricultura de Baixo Carbono), que representa oportunidade tanto para o BB como para os produtores rurais.

O RenovAgro possui potencial para contribuir com o atingimento das metas ambientais do Acordo de Paris (NDCs). Seu papel é especialmente relevante, já que o Brasil apresentou metas não condicionadas ao recebimento de recursos internacionais, o que justifica ainda mais a necessidade de seu fortalecimento e alinhamento aos objetivos de mitigação de emissões de Gases de Efeito Estufa.

Desde seu lançamento, em 2010, o BB vem liderando a iniciativa, que financia sistemas sustentáveis de produção agropecuária, com capacidade reconhecida de reduzir ou sequestrar emissões de GEE e promover a produção de vegetação/biomassa e de alimentos, bem como a preservação do meio ambiente.

Iniciativas direcionadas à redução das emissões de CO2 na atividade agropecuária são apoiadas e amparadas no RenovAgro. Por meio dele, identificam-se implicações financeiras positivas com a contratação das operações, cujo saldo alcançou R$ 10 bilhões em dezembro de 2024. [5]

Os clientes têm ainda à disposição um portfólio de produtos que inclui Seguro Agrícola, Seguro Agrícola Faturamento, Proagro e Proagro Mais.

No ano de 2024, 49,5% de todo o custeio agrícola, no montante de R$27,3 bilhões, contaram com a cobertura do Seguro Agrícola e do Proagro para mitigação de risco de perda da produção em virtude de eventos climáticos extremos [6].

Além do Renovagro, oferecemos aos nossos clientes produtos complementares por meio do Programa Agro Energia. O programa visa estimular o uso de energias renováveis no meio rural, através de financiamento de usinas geradoras de energias alternativas renováveis e limpas, destinadas à geração de energia para desenvolvimento de atividades agropecuárias, dentre as fontes: energia solar, energia de biomassa e energia eólica. Em 2024, foram contratados R$ 1,1 bilhão em investimentos no âmbito deste Programa.

Destacamos também a participação no Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas (PNCPD), iniciativa que busca recuperar e converter pastagens de baixa produtividade em áreas agricultáveis, possibilitando a expansão da produção de alimentos sem desmatamento. Como membro convidado permanente do Comitê Gestor, contribuímos com ações e propostas por meio dos grupos técnicos, reforçando nosso compromisso com a sustentabilidade no agronegócio.

No Banco do Brasil existe o Programa Pecuária Mais Sustentável, que além de contribuir para a recuperação de áreas degradadas, incentiva a adoção de práticas sustentáveis na pecuária de corte, rastreabilidade da cadeia produtiva e a adoção de tecnologias de baixa emissão de carbono.
Em 2024, houve R$ 5,61 bilhões em contratações para a recuperação de áreas degradadas por meio das linhas de crédito de investimento disponíveis.

Em dezembro de 2024, a Carteira de Negócios Sustentáveis do BB atingiu um saldo de R$ 386,7 bilhões, composta por operações de crédito voltadas a setores como energias renováveis, construção e transporte sustentáveis, agricultura sustentável, turismo, água, pesca, florestas e gestão de resíduos. Também são elegíveis empresas com atuação transformacional em aspectos sociais e ambientais.

5 Custos referentes à contratação de operações no âmbito do Programa RenovAgro da ordem de R$ 1,7 milhão em 2024, sem incluir despesas decorrentes da gestão e condução dos contratos.

6 Custos referentes à contratação da modalidade de seguro Agrícola da ordem de R$ 1 milhão em 2024.

O Banco do Brasil tem avançado de forma consistente em sua estratégia de finanças sustentáveis, consolidando-se como referência no apoio à transição para uma economia verde. Em outubro de 2020, aprovamos o modelo de finanças sustentáveis do BB, que estabelece parâmetros para a captação de recursos destinados a projetos com impacto ambiental e social positivo. O modelo foi desenvolvido com apoio técnico da consultoria Sitawi Finanças do Bem (atualmente ERM/NINT) e resultou na criação do Framework de Finanças Sustentáveis, aprovado pela Sustainalytics, uma das principais provedoras globais de segunda opinião (SPO).

Em 2021, o modelo foi revisado e ampliado, incorporando novas categorias como Eficiência Energética, Edifícios Verdes, Transporte Limpo e Gestão Sustentável de Resíduos e Efluentes. Nesse mesmo ano, foi lançada a BB LCA Verde, direcionando recursos para linhas de crédito com foco ambiental, como energia renovável, recuperação de pastagens e apoio à agricultura familiar via Pronaf.

Durante o ano de 2023, o BB revisou as linhas de crédito que compõem sua Carteira de Crédito Sustentável, com base na metodologia da Febraban e no seu próprio Framework de Finanças Sustentáveis. Essa revisão contou com segunda opinião da Sustainalytics e foi submetida à avaliação da ERM/NINT, que reafirmou o caráter majoritariamente transformacional da carteira. A identificação das linhas elegíveis segue critérios alinhados a padrões internacionais, como os Green Bond Principles e os Social Bond Principles.

Ainda em 2023, o Banco lançou seu primeiro Relatório de Alocação de Recursos e Impactos Socioambientais referente ao Social Bond emitido em 2022.

Em 2024, foi publicado o relatório de alocação e impacto do Sustainability Bond emitido em 2023, ambos com parecer de asseguração limitada por auditoria independente.

Também em 2024, o BB realizou a emissão de seu terceiro bond internacional no escopo do Framework, no valor de 750 milhões de dólares, voltado principalmente para o financiamento de micro e pequenas empresas, especialmente aquelas lideradas por mulheres.

Externalidades

Do total captado, mais de 90% foram destinados a novas operações voltadas para micro e pequenas empresas lideradas por mulheres, resultando no desembolso de R$ 3,7 bilhões. Esses recursos beneficiaram aproximadamente 10 mil empreendedoras e impactaram cerca de 203 mil empregos em todas as regiões do Brasil.

Externalidades

Dada a relevância da redução das emissões de GEE e nosso compromisso com a neutralidade de carbono até 2050,trazemos a avaliação de impacto ambiental relacionada às emissões evitadas no financiamento de energias renováveis. O financiamento de energia renovável teve impacto positivo na dimensão ambiental de R$ 3,05 bilhões para o ano de 2024, decorrente de operações com segmentos de MPE, Corporate e Large Corporate, representado por emissões evitadas de gases de efeito estufa equivalentes a 13.552.467 tCO2e, com destaque para a energia termoelétrica à gás natural, com reduções evitadas de 11.899.377 de tCO2e e, em segundo maior, para energia solar com 958.068 tCO2e, ambas resultado de operações de Project Finance. Os benefícios ambientais são estimados com base no Custo Social do Carbono (CSC), adotado no valor de US$ 42 por tonelada de CO2e [7].

Reforçando seu compromisso com metas de longo prazo, o BB lançou em 2024 o Framework de Finanças Vinculadas a Metas de Sustentabilidade (Sustainability-Linked Finance Framework – SLFF), com segunda opinião da Standard & Poor's. Por meio dele, o Banco captou US$ 300 milhões com bônus financeiro atrelado ao atingimento de metas ASG. Consulte o **SLFF**

Esse modelo de negócio permite ao BB acessar o mercado global de dívidas e empréstimos sustentáveis, com foco em quatro grandes metas para 2030: aumento da Carteira de Negócios Sustentáveis, ampliação do crédito para agricultura sustentável, redução das emissões de GEE na carteira financiada e promoção da diversidade de gênero e raça na alta liderança. Como resultado dessa estratégia, o BB firmou com o Banco Natixis uma operação de captação de US$ 100 milhões, denominada "Triple Green", que reúne três pilares: garantia por títulos verdes, vinculação a metas de sustentabilidade e financiamento de moradia social.

Em 2024 foi realizada a primeira operação de empréstimo corporativo vinculado à sustentabilidade (Corporate Sustainability-linked Loans) pelo Banco do Brasil, no valor total de R$ 3,5 bilhões. Essa operação foi estruturada por meio de Notas de Crédito à Exportação (NCEs), com vencimento em 2032, e condicionadas ao atingimento de ambiciosos objetivos de desempenho em sustentabilidade previamente estabelecidos, tais como metas de descarbonização, aumento da participação de energias renováveis na matriz da companhia, ganhos de eficiência energética e fortalecimento da proteção à biodiversidade. Contratada com amparo de Relatório de Segunda Opinião (SPO, na sigla em inglês), o atingimento dos compromissos será avaliado periodicamente por agente de avaliação independente, o cumprimento desses objetivos será monitorado anualmente com base em indicadores validados por consultoria externa independente.

7 Fonte: EPA, Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos. Documento de Suporte Técnico: Atualização Técnica do Custo Social do Carbono para Análise de Impacto Regulatório. 2016.20. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Mercado de Carbono

Atento ao seu papel, o BB quer auxiliar seus clientes e investidores na transição para uma economia mais verde e inclusiva. Para isso, se propõe a exercer um papel transformador na sociedade, apoiando seus clientes a ingressar no mercado voluntário de carbono por meio da geração de novos projetos, aliando o cuidado com o meio ambiente, práticas mitigadoras das mudanças climáticas e retorno financeiro sustentável.

No âmbito do mercado de carbono, o Banco estrutura sua atuação a partir dos seguintes pilares :

Consultoria e assessoria: assessorar seus clientes na elaboração de inventários de emissões, planos de descarbonização, análise de risco climático e demais soluções que envolvam o tema mudanças climáticas, de maneira a prepará-los para o Mercado Regulado de Carbono no Brasil;

Desenvolvimento de projetos: apoio a clientes dos mais diversos segmentos no desenvolvimento de projetos geradores de créditos de carbono no mercado voluntário, a partir das principais metodologias disponíveis, como conservação de florestas, reflorestamento, carbono no solo e energia renovável;

Financiamento climático: financiar a adoção de práticas de descarbonização, por meio da oferta de linhas de crédito com atributos ambientais e condições diferenciadas para projetos de energia renovável, eficiência energética e agricultura de baixo carbono, dentre outras que permitam ao cliente reduzir a sua pegada de carbono e seu impacto no meio ambiente;

Comercialização de créditos de carbono: o Banco possui amplo portfólio de créditos de carbono proprietários e de parceiros, gerados a partir de projetos de alta integridade, e que estão disponíveis para as empresas que desejam compensar suas emissões de GEE a partir de compromissos de net zero assumidos.

Como agente do sistema financeiro, o BB assume uma responsabilidade crucial: direcionar a aplicação de recursos e auxiliar a transição de uma economia de alto impacto para uma economia verde, de baixo carbono e inclusiva, com gestão de riscos adequada e elaboração de modelos inovadores de captação de recursos.

Consideramos em nosso planejamento a questão das mudanças climáticas e priorizamos negócios que aproveitem as oportunidades de uma economia de baixo carbono. Além disso, identificamos cadeias produtivas sustentáveis que possam fomentar a economia verde, especialmente para atender às necessidades de redução de emissões assumidas pelo Brasil na Conferência de Paris.

Ecoeficiência

O Banco do Brasil adota uma gestão ambiental com foco na ecoeficiência, buscando a redução do consumo de recursos naturais como água, energia, papel e combustíveis, promovendo menor impacto ambiental e redução de custos. Essa estratégia é conduzida pelo programa GABBi, que incentiva a melhoria contínua, a capacitação de públicos internos e externos e a disseminação de práticas sustentáveis. O compromisso com a sustentabilidade é evidenciado por certificações como LEED e ISO 14001, além do uso do Índice de Ecoeficiência Operacional (IEO), que monitora o consumo de recursos e a coleta seletiva.

Desde 2021, 100% da energia consumida pelo Banco advém de fonte renovável, incluindo usinas solares, mercado livre e RECs. Para isso, em 2024, estamos com 884 prédios migrados para o mercado livre de energia e mais 23 usinas fotovoltaicas em operação, compensando a energia de aproximadamente 1400 prédios. Com a expansão contínua desses projetos de eficiência, nossa perspectiva para os próximos anos é gerar energia solar para atender 1.700 agências e mais 1.600 unidades consumidoras estarem no mercado livre.

Na gestão hídrica, o Banco utiliza parâmetros regionais para identificar unidades com consumo elevado e realiza vistorias técnicas. O consumo de água em 2024 foi obtido com base nas despesas das respectivas faturas.

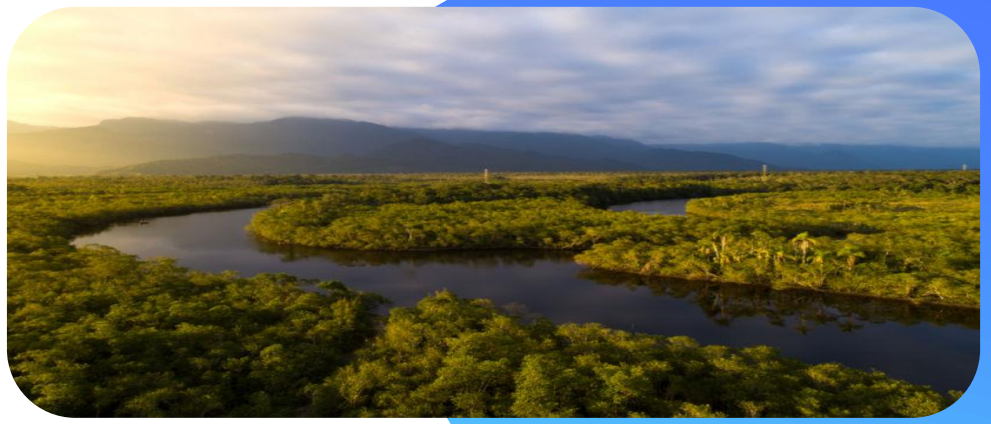
Para a apuração do consumo, foi considerado o somatório mensal. Houve reajuste de 9,98% ocorrido a partir de junho de 2024, impactando faturas (despesas) de julho a dezembro.

Na gestão de resíduos, o Banco substituiu o antigo programa de coleta seletiva pelo BB Lixo Zero, lançado em 2023, com foco em reduzir os impactos ambientais dos resíduos gerados a partir das atividades diárias e contribuir com nossa função social, promovendo trabalho e dignidade aos catadores de materiais recicláveis. Em 2025, está prevista a implementação do novo modelo em 850 unidades, com apoio da Ancat (Associação Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis).

Além disso, o Banco mantém contratos para destinação adequada de bens inservíveis, com rastreabilidade. Em 2024, reciclou 2.908,96 toneladas (-12%), reutilizou 58.042 itens (54%) e doou 10.736 (-9%) bens onde duas instituições foram beneficiadas. Desde 2020, com a iniciativa #PlásticoZero BB, eliminou-se o uso de copos plásticos descartáveis, substituindo-os por alternativas sustentáveis. Essas ações reforçam o compromisso do Banco do Brasil com a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental.

O Banco do Brasil realiza um controle rigoroso de suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) por meio de um Inventário de Emissões baseado na metodologia GHG Protocol. Esse Inventário abrange mais de 4 mil dependências e considera emissões diretas (Escopo 1), indiretas por consumo de energia (Escopo 2) e outras emissões indiretas (Escopo 3). Os dados são verificados anualmente por empresa especializada, conforme as especificações do GHG Protocol e da norma NBR ISO 14064:3, garantindo confiabilidade e transparência.
Desde 2010, o Inventário é certificado com o Selo Ouro do Programa GHG Protocol e divulgado em plataformas como o Registro Público de Emissões da FGVces, CDP, no site de RI do BB, além de compor índices como o ISE (B3) e o DJSI.

É possível conhecer mais da gestão ambiental do BB no Caderno ASG.



Precificação
Interna do Carbono

A partir da média de preços de projetos qualificados para compor o portfólio para compensação das nossas emissões aprovamos a atualização, em junho de 2024, da precificação interna de carbono, com a adoção de R$ 45,64/tCO2e ou US$ 8,39/ tCO_2e (PTAX = R$ 5,44/US$ em 21/06/2024), obtido por meio do cálculo da média dos preços de tonelada de carbono registrados nos mercados voluntário e regulado no Brasil e no mundo.

A definição da metodologia de precificação interna de carbono e do preço interno de carbono tem como objetivo balizar o processo de aquisição de créditos para compensação das nossas emissões referentes aos Escopos 1 e 2, e para avaliação de investimentos em estrutura da própria instituição.

A precificação de carbono permite ainda direcionar investimentos para soluções menos intensivas em carbono por meio da internalização de parte das externalidades representadas pelas emissões, ou seja, que as empresas possam incorporar esses custos externos às suas decisões de negócios e busquem alternativas para minimizar seus efeitos.

Ademais, viabiliza o cálculo de possíveis implicações financeiras [8] e custos de ações [9] para riscos direcionados por mudanças na regulação, considerando que, até o momento, não há mercado regulado de carbono no Brasil.

O BB avalia que a definição setorial de metas para redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) ou sua possível taxação pelo governo brasileiro para setores financiados pelo BB poderia impactar o resultado financeiro de empresas que se beneficiam destes serviços.

Isso se daria pela necessidade de investimentos para promover a redução de emissões e o possível aumento dos custos de produção e redução de lucro, alterando a avaliação da capacidade de pagamento de empréstimos.

Para gerenciar o risco o BB atua nas seguintes frentes:

(i) Precificação interna de carbono;

(ii) Metas de redução e compensação de emissões e;

(iii) Modelo de avaliação e mensuração de impactos econômicos e socioambientais.

8 As implicações financeiras estimadas do risco da regulação do mercado de carbono, antes da tomada de ações, seriam de R$ 7.629.728,68, baseadas na quantidade de emissões para os Escopos 1 (18.333,202 tCO_2e) e 2 (zero) em 2024 e do preço do carbono em um cenário pessimista a R$ 416,17 a tCO_2e, referente ao preço aproximado negociado nos Mercados de Comércio de Emissões Europeus (média dos valores negociados em 2024).

9 O custo de R$ 836.727,34 (18.333,202 tCO_2e x R$ 45,64 / tCO_2e) é estimado com base no preço interno de carbono e no compromisso de compensação das emissões dos Escopos 1 e 2 do Inventário BB.

Fornecedores

Para a gestão das emissões de GEE do Escopo 3 de seu Inventário, o BB promove ações de mitigação de riscos socioambientais da sua cadeia de fornecedores, considerando um escopo mais abrangente e orientado por diversos instrumentos normativos, tais como: Código de Ética, Política de Relacionamento com Terceiros, Regimento Interno, dentre outros.

O Regimento Interno inclui normas específicas para contratações sustentáveis, que contemplam o documento "Padrão de Compras e Descartes Sustentáveis", disponível no Portal BB para consulta, atendendo aos requisitos legais e aos compromissos sociais e ambientais assumidos. Critérios ambientais e sociais estão presentes em 100% das contratações, com cláusulas que incluem compromissos relacionados à preservação ambiental e ao desenvolvimento social. Também são realizados procedimentos de verificação documental (due diligence), aplicada aos fornecedores mais relevantes, contemplando as dimensões Ambiental, Direitos Humanos e Integridade.

O nosso Plano de Sustentabilidade está materializado na Agenda 30, documento que trata também dos compromissos do Banco com a mitigação das mudanças climáticas. Como parte desse compromisso, foram disponibilizados os cursos de Mercado de Carbono (6 módulos) na área aberta à comunidade do portal da UNIBB, com o objetivo de oferecer conteúdo sobre questões ASG e combate às mudanças climáticas aos nossos fornecedores.

Transparência de nossas ações

Índice ICO2 da B3

Em 17 de junho de 2010 o BB fez sua adesão ao ICO2 da B3, Bolsa de Valores de São Paulo, e foi listado em todas as últimas edições. O ICO2 é composto por ações das companhias participantes do índice IBrX-50 e considera em sua ponderação não apenas o free float das ações das empresas, mas também o grau de eficiência de emissões de Gases de Efeito Estufa, identificado por meio de análise dos inventários de emissões.

Com isso, o BB vem demonstrando ao mercado o compromisso com a transparência, bem como a disposição na busca pelo alinhamento às melhores práticas referentes à ecoeficiência empresarial e a contribuição para uma economia de baixo carbono, coerente com o disposto em sua estratégia e em sua Política de Responsabilidade Social Ambiental e Climática (PRSAC).

Nosso compromisso com as Mudanças Climáticas

Nós, do Banco do Brasil, procuramos, de forma construtiva e transparente, enfrentar os desafios de conciliar a competitividade empresarial com a construção de um mundo mais sustentável e socialmente justo, e, por esse motivo, o tema Mudanças Climáticas tem grande relevância em nossa empresa.

Para avançarmos nesse sentido e atentos ao cenário internacional e às necessidades de nosso País, bem como aos rumos do setor financeiro, trabalhamos, com nossa Agenda 30 BB, a conexão de nossas estratégias de negócios com as prioridades globais. Buscamos soluções inovadoras para os desafios, mantendo um modelo de atuação sustentável, que conjuga performance financeira com responsabilidade social, ambiental e climática, em consonância com a nossa história.

Desse modo, buscamos atuar de forma proativa e inovadora na criação e no aprimoramento de soluções financeiras que estimulam e auxiliam governos, empresas e pessoas a implementarem ações de redução de emissões de Gases de Efeito Estufa e de adaptação aos efeitos atuais e esperados das mudanças climáticas, colaborando na transição para uma economia de baixo carbono.

Para isso, empreendemos esforços no sentido de aumentar os financiamentos e/ou investimentos para:

- projetos de geração, distribuição e consumo de energia renovável, incluindo a microgeração descentralizada;
- projetos de eficiência energética para indústrias, visando a substituição por máquinas e equipamentos mais eficientes, e para empreendimentos imobiliários comerciais e residenciais;
- projetos de agricultura de baixo carbono e para a adoção de práticas agropecuárias sustentáveis;
- projetos de manejo florestal madeireiro e não madeireiro sustentáveis e o reflorestamento de florestas nativas e comerciais;
- mobilidade urbana, eficiência energética e mitigação e adaptação de cidades e seus cidadãos aos efeitos das mudanças climáticas;
- acesso de investidores e empresas a capital direcionado à economia de baixo carbono via instrumentos de mercado de capitais;
- projetos e instrumentos econômicos e financeiros que apoiem a implementação da Política Nacional de Mudança do Clima e da Política Nacional de Redução de Emissões;
- engajamento com governos, academia, empresas e terceiro setor para a promoção conjunta de ações que contribuam para a transição para uma economia de baixo carbono.

Esperamos, assim, seguir gerando valor no longo prazo tanto para os acionistas, quanto para a sociedade e construindo, pouco a pouco, um mundo mais justo e humano para as gerações que estão por vir.

O tema sustentabilidade é estratégico para o Banco do Brasil. Atentos ao cenário internacional e ao setor financeiro, trabalhamos para promover uma economia mais sustentável em todos os sentidos. Em 2023, revisamos os Compromissos BB 2030 para um Mundo + Sustentável.

São 12 compromissos que buscam auxiliar nossos clientes na transição para um portfólio mais sustentável; contribuir para que investidores direcionem recursos para companhias que geram externalidades socioambientais positivas; promover as melhores práticas ASG e reduzir os impactos climáticos; e impulsionar a transformação econômica para gerar valor para sociedade e meio ambiente.

Todos os compromissos estão alinhados a objetivos globais, como o Acordo de Paris e os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).

Crédito sustentável

Carteira de Crédito Sustentável	Atingir saldo de **R$ 500 bilhões** até 2030
Energia renovável	Atingir saldo de **R$ 30 bilhões** até 2030
Agricultura sustentável	Atingir saldo de **R$ 200 bilhões** até 2030
Eficiência estadual e municipal	Desembolsar **R$ 40 bilhões** até 2030[1]

Investimento responsável

Produtos de investimento sustentável	Atingir saldo de **R$ 22 bilhões** em fundos de investimentos sustentáveis até 2030[2]
Recursos sustentáveis	Originar **R$ 100 bilhões** em recursos sustentáveis para o BB e para os clientes até 2030

Gestão ASG e climática

Emissões diretas de GEE	**Compensar 100%** das emissões de escopos 1 e 2 **100% de utilização** de energia renovável a partir de 2023[3] **Reduzir em 42%** as emissões diretas (escopo 1) até 2030[4]
Diversidade	**Alcançar 30%** de mulheres em cargos de liderança até 2025 **Alcançar 30%** de pretos, pardos, indígenas e outras etnias sub-representadas em cargos de liderança até 2025
Maturidade digital	**Alcançar 17 milhões** de clientes com maturidade digital até 2025

Impactos positivos na cadeia de valor

Inclusão financeira	**Renegociar dívidas** de 2,5 milhões de clientes com renda de até dois salários-mínimos até 2025 **Alcançar 1 milhão** de empreendedores, com créditos, até 2025
Investimento Social Privado (ISP)	**Investir R$ 1 bilhão** em educação, cuidado com meio ambiente, inclusão, incentivo ao voluntariado e tecnologias sociais por meio da Fundação BB até 2030
Reflorestamento e conservação florestal	**Alcançar 1 milhão** de hectares conservados e/ou reflorestados até 2025 **Reforçar práticas** que promovam a recuperação de pastagem e áreas degradadas e assegurem o desmatamento ilegal zero nos financiamentos do BB

(1) Agricultura, cultura, defesa civil, educação, eficiência energética e iluminação pública, esporte e lazer, infraestrutura viária, limpeza pública, meio ambiente, mobilidade urbana, saúde, segurança e vigilância sanitária.
(2) Em alinhamento à alteração regulatória dos fundos de investimentos sustentáveis.
(3) Usinas próprias, mercado livre e RECs.
(4) Em relação ao ano-base 2022.

A Agenda 30 BB 2023-2025 abrange um conjunto de ações, indicadores e metas voltados para o fortalecimento da governança e da gestão dos riscos e oportunidades relacionados às questões climáticas, com foco na descarbonização. O Plano também busca o desenvolvimento e a oferta de soluções financeiras e modelos de negócios que integrem práticas ASG, promovendo a diversidade e avaliando os impactos sociais, ambientais, climáticos e econômicos (externalidades). Além disso, inclui iniciativas de redução do desmatamento e outros esforços que visam a descarbonização da economia.

No final de 2024, iniciamos o décimo ciclo de atualização do nosso Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB para o período 2025-2027, que deverá entrar em vigor no segundo semestre de 2025.

Apresentamos alguns dos resultados das iniciativas relacionadas às mudanças climáticas implementadas em 2024, bem como aquelas programadas para o primeiro semestre de 2025, no contexto da Agenda 30 BB 2023-2025.

Mudanças climáticas

Desafio
Aprimorar a governança e a gestão dos riscos e das oportunidades relacionadas às questões climáticas, dando transparência aos compromissos e as práticas do Banco do Brasil em relação ao tema.

Ação
Implementar iniciativas para fortalecer a atuação no BB no mercado de crédito de carbono.

Indicador
Disponibilizar ferramenta para que clientes dos segmentos MPE possam mensurar sua pegada de carbono e adquirir créditos de carbono para respectiva neutralização até 31/12/2024.

Prestação de contas
Indicador prorrogado para avaliação sob a luz do novo marco legal do Mercado de Carbono, conforme Lei 15.042, publicada em 11/12/2024.

ODS impactados
12 Consumo e produção responsáveis; 13 Ação contra a mudança global do clima

Risco social, ambiental e climático

Desafio
Fortalecer a gestão do risco social, ambiental e climático nos negócios, processos e relações comerciais do Banco do Brasil.

Ação
Incorporar critérios ASG no desenvolvimento de produtos e serviços bancários.

Indicador
Aprimorar critérios para avaliação de impactos social, ambiental e climático no processo de desenvolvimento e revitalização de produtos até 30/06/2024.

Prestação de contas
Aprimoramento de critérios para avaliação de impactos social, ambiental e climático no processo de desenvolvimento e revitalização de produtos no âmbito da Metodologia C3, que compreende a avaliação de riscos, controles e *compliance*.

ODS impactados
8 Trabalho decente e crescimento econômico; 12 Consumo e produção responsáveis; 13 Ação contra a mudança global do clima; 15 Vida terrestre

Desafio
Desenvolver iniciativas voltadas para a redução do desmatamento e para o incremento do financiamento de projetos de conservação dos biomas brasileiros, em especial a Amazônia..

Ação
Apoiar o combate ao desmatamento e a implementação de ações que promovam a preservação ambiental.

Indicador
Ampliar a recuperação de áreas degradadas por meio de boas práticas agropecuárias financiadas pelo BB, em relação ao exercício anterior, até 31/12/2024.

Prestação de contas
Atingimento de R$ 5,608 bilhões de volume de crédito para recuperação de áreas degradadas em dez/2024 diante de R$ 5,532 bilhões em 2023.

ODS impactados
13 Ação contra a mudança global do clima; 15 Vida terrestre

Negócios sustentáveis

Desafio
Desenvolver e ofertar soluções financeiras e modelos de negócios que incorporem aspectos ASG (ambiental, social e governança), a fim de fomentar a transição para uma economia de baixo carbono e inclusiva.

Ação
Ampliar o saldo de produtos de investimento sustentável ou que integrem aspectos ASG.

Indicador
Desenvolver fundos/produtos de investimento sustentável ou que integrem fatores ASG, em linha com as normas da Resolução CVM 175, de 23/12/2022, até 31/12/2024.

Prestação de contas
Lançamento de seis fundos/produtos sustentáveis, entre 2023 e 2024, das atividades operacionais e negociais do BB.

ODS impactados
12 Consumo e produção responsáveis

Negócios sustentáveis

Desafio
Desenvolver e ofertar soluções financeiras e modelos de negócios que incorporem aspectos ASG (ambiental, social e governança), a fim de fomentar a transição para uma economia de baixo carbono e inclusiva

Ação
Implementar novos atributos e/ou condições negociais diferenciadas para um produto/serviço voltado à transição para uma economia de baixo carbono e inclusiva.

Indicador
Implementar novas condições negociais diferenciadas para operações de crédito/financiamentos verdes/climáticos até 30/06/2025.

ODS impactados
8 Trabalho decente e crescimento econômico; 13 Ação contra a mudança global do clima; 15 Vida terrestre

Impactos sociais, ambientais e climáticos das operações e atividades

Desafio
Avaliar e mensurar os impactos sociais, ambientais e climáticos (externalidades) gerados pelos produtos, serviços e atividades do Banco do Brasil de forma a maximizar os positivos e reduzir os negativos para o meio ambiente e a sociedade.

Ação
Mensurar os impactos (externalidades) socioambientais e econômicos dos produtos, serviços e atividades do BB.

Indicador
Mensurar os impactos de duas novas atividades, produtos, serviços ou projetos até 30/06/2025.

ODS impactados
16 Paz, justiça e instituições eficazes

Risco social, ambiental e climático

Desafio
Desenvolver iniciativas voltadas para a redução do desmatamento e para o incremento do financiamento de projetos de conservação dos biomas brasileiros, em especial a Amazônia.

Ação
Apoiar o combate ao desmatamento e a implementação de ações que promovam a preservação ambiental.

Indicador
Alcançar 1 milhão de hectares em projetos de reflorestamento e conservação florestal até 31/12/2025.

ODS impactados
13 Ação contra a mudança global do clima; 15 Vida terrestre

Mudanças climáticas

Desafio
Aprimorar a governança e a gestão dos riscos e das oportunidades relacionadas às questões climáticas, dando transparência aos compromissos e às práticas do Banco do Brasil em relação ao tema..

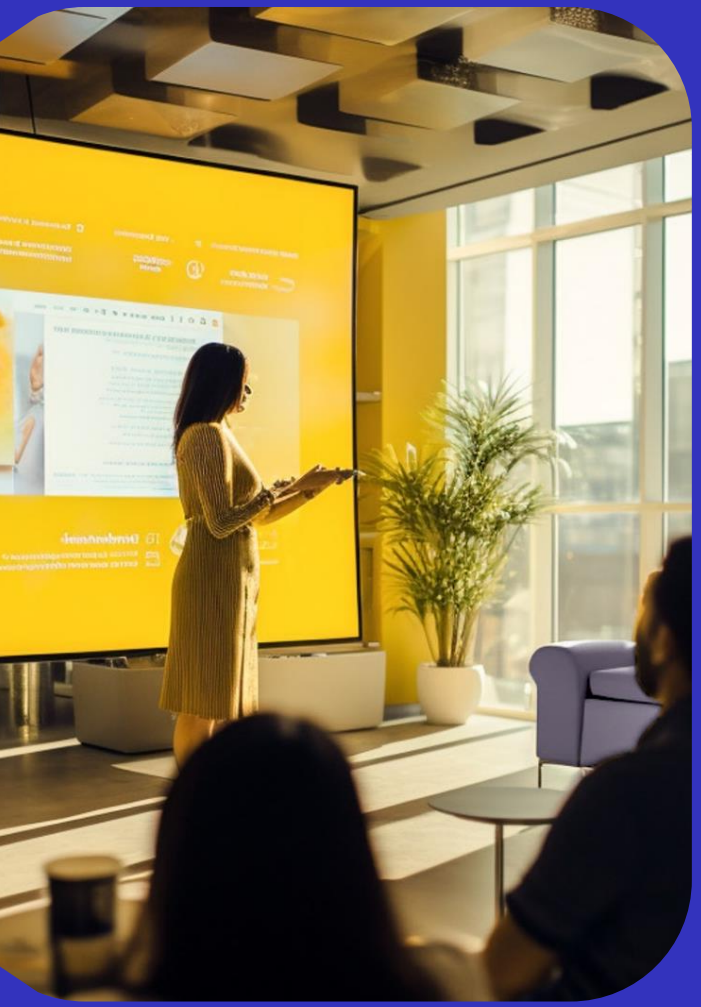
Em consonância com os novos tópicos materiais priorizados, as ações vinculadas a este tema/desafio encontram-se em avaliação no âmbito do 10º ciclo de atualização da Agenda 30 BB.

Em linha com os compromissos assumidos às recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), o Banco do Brasil estruturou e executou, entre 2021 e 2023, um Plano de Ação desenvolvido em alinhamento à estratégia corporativa, à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), ao Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB e às diretrizes da própria TCFD. Entre as ações concluídas, destacam-se aquelas voltadas à adaptação aos riscos climáticos físicos, como a definição de fluxos de monitoramento de metas climáticas, o desenvolvimento de processos de reporte para riscos físicos em carteiras de agronegócio, e a análise da exposição do portfólio, instalações e fornecedores aos riscos climáticos. Também foram conduzidas iniciativas para elaboração de cenários climáticos, avaliação de impactos sobre carteiras e setores, e estruturação de processos de gestão e divulgação de riscos e oportunidades relacionados ao clima.

Dando continuidade a esse processo, em 2024, foram realizadas análises internas sobre concentrações geográficas de risco, e diante das adequações normativas decorrentes das resoluções CVM 193 de 23/10/2023 [10], atualizada pela CVM 219 de 29/10/2024, e CMN 5.185, de 21/11/2024 [11], bem como das discussões fomentadas pelas consultas públicas sobre as divulgações de riscos climáticos (Consulta Pública Bacen 100/2024 [12]) e sobre a Taxonomia Sustentável Brasileira [13] (aberta para contribuições até março/25), realizaremos revisões na estrutura de divulgação das concentrações regionais da metodologia de sensibilidade ao RSAC, de forma a se alinhar à nova classificação das atividades econômicas brasileiras e aos novos padrões de divulgação financeira relacionados à sustentabilidade e às mudanças climáticas.
Os compromissos assumidos e políticas estabelecidas estão publicados nos Relatórios Anuais do BB, Caderno ASG, divulgações de resultados trimestrais e no Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC), disponíveis no **site do BB**.

10-Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo International Sustainability Standards Board – ISSB.
11-Altera a Resolução nº 4.818, de 29 de maio de 2020, que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
12-Segunda fase da exigência de divulgação sobre riscos e oportunidades relacionados a aspectos sociais, ambientais e climáticos, contemplando a inclusão de novos requisitos associados a métricas e metas, por meio de tabelas padronizadas no Relatório GRSAC.
13-Este instrumento consiste em um sistema de classificação que define, de maneira nítida, objetiva e com base científica, atividades, ativos e/ou categorias de projetos que contribuem para objetivos climáticos, ambientais e/ou sociais, por meio de critérios específicos.
O Banco do Brasil tem acompanhado a construção do *Framework* Conceitual Padrão para Insituições Financeiras da SBTi.

Emissões **Financiadas**



Em alinhamento à nossa adesão ao Business Ambition for 1.5°C e amparado nas orientações setoriais da SBTI [14], nos comprometemos com a neutralidade de emissões até 2050 e temos o objetivo de reduzir a intensidade das emissões decorrentes de nossa carteira de empréstimos corporativos [15] em 25% em 10 anos, considerando o ano base de 2021.

A apuração das emissões financiadas segue a metodologia PCAF (Partnership for Carbon Accounting Financials) e as metas são estabelecidas de acordo com os critérios da iniciativa de metas baseadas na ciência (SBTi, sigla em inglês).

No primeiro ano, em 2021, as emissões financiadas alcançaram 13,437 $MtCO_2e$ e 0,1196 milhões de tCO_2e por R$ 1 bilhão de empréstimos concedidos para intensidade de emissão. Para 2022, as emissões financiadas foram de 11,802 $MtCO_2e$ e de 0,0957 milhões de tCO_2e por R$ 1 bilhão de empréstimos concedidos para intensidade de emissão.

Em 2023, a partir da revisão dos critérios de curto prazo para instituições financeiras, divulgadas pela SBTi, em maio de 2024, as emissões financiadas alcançaram 14,733 $MtCO_2e$ em uma carteira de empréstimos corporativos de R$ 130,058 bilhões, o que equivale a uma intensidade de emissão de 0,1133 milhões de tCO_2e por R$ 1 bilhão de empréstimos concedidos.

No ano de 2024, as emissões financiadas alcançaram 16,994 $MtCO_2e$ em uma carteira de empréstimos corporativos de R$ 146,5 bilhões, o que equivale a uma intensidade de emissão de 0,1160 milhões de tCO_2e por R$ 1 bilhão de empréstimos concedidos.
Consulte a verificação externa das emissões financiadas.

Relatório de Asseguração

Para aumentar a transparência e com base na metodologia PCAF, desagregamos os dados de emissões dos setores abaixo, que são relevantes na composição da carteira corporativa e permitem a comparabilidade:

	Emissões $MtCO_2e$					Saldo R$ bihões					Intensidades $MtCO_2e$/R$bi			
Setor/Indústria	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**		**2021**	**2022**	**2023**	**2024**		**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Transporte, armazenagem e correios	0,6	0,8	1	1,2		2,16	2,64	2,92	3,68		0,28	0,30	0,34	0,33
Siderurgia	0,8	1	1,2	1,5		3,50	4,10	6,20	6,70		0,24	0,24	0,20	0,22

14 O Banco do Brasil tem acompanhado a construção do *Framework* Conceitual Padrão para Insituições Financeiras da SBTI e tão logo publicadas as diretrizes, submeterá suas metas para validação.
15 A Carteira de Empréstimos Corporativos é composta por empréstimos a empresas com faturamento anual superior a R$ 200 milhões e representava, em 2024, 42,28% da Carteira de Crédito Ampliada Pessoa Jurídica Segmento Corporate.

Descarbonização

Reafirmando seu papel como agente de transformação sustentável e seu compromisso com a transição para uma economia de baixo carbono, o Banco do Brasil estabeleceu uma estratégia robusta para a eliminação progressiva de sua exposição ao carvão mineral até 2030. Essa diretriz abrange tanto operações de crédito quanto investimentos proprietários, envolvendo atividades de mineração, geração de energia e infraestrutura associada — em projetos novos ou já existentes.

A iniciativa está alinhada às metas climáticas globais, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e à Agenda 30 BB, e se desdobra em três fases estratégicas:

2024

Fase 1 – Redução da Exposição: não concessão de novos empréstimos para empresas de extração de carvão.

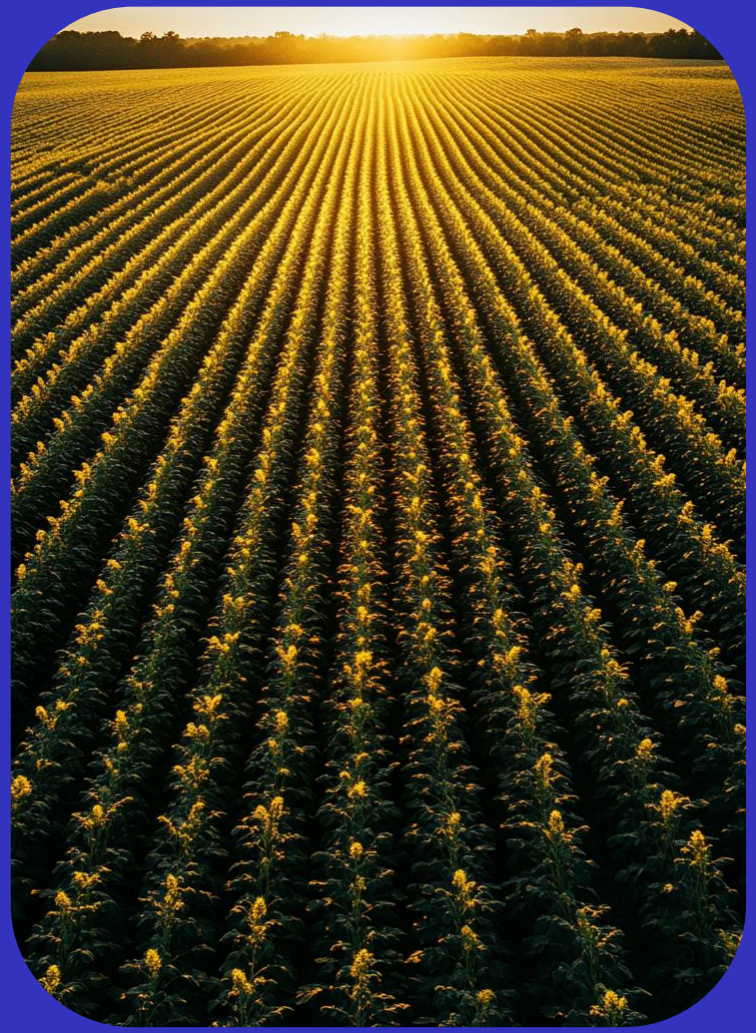
2025-2029

Fase 2 – Fase de Transição : suporte a empresas de geração termoelétrica que desejam realizar a transição, priorizando a geração de eletricidade a partir de fontes renováveis.

2030

Fase 3 – Phase-out (até 2030): Desinvestimento total de sua exposição de crédito e investimentos proprietários em carvão mineral, para a extração (mineração), a geração de energia [16] ou a infraestrutura associada, em novos projetos ou naqueles já existentes.

A estratégia de descarbonização é acompanhada por relatórios periódicos de riscos e oportunidades climáticas, além de atualizações bienais da Agenda 30 BB, com participação ativa de stakeholders internos e externos. Essa governança participativa garante que as ações estejam alinhadas às melhores práticas internacionais e às expectativas da sociedade.



16 Fase de Phase-out, a partir de 2030, contempla o desinvestimento total de empresas com mais de 15% de sua receita provenientes da geração de eletricidade a carvão mineral. Aos clientes com menos de 15% da receita, só poderão ser financiados projetos não vinculados a carvão mineral.

Compromisso BB
com as mudanças climáticas